

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar as propostas médicas e eugênicas para o campo social brasileiro entre os anos de 1918 e 1934, analisando assim o debate que foi desenvolvido por médicos e intelectuais favoráveis à implementação de estratégias eugênicas para melhoramento da raça baseadas no controle de matrimônios. No contexto de modernização e crença na ciência em que se inseriu a disseminação de ideias eugênicas no Brasil, será analisada, em especial, a proposta de obrigatoriedade do exame médico pré-nupcial, medida que vinha sendo amplamente discutida e defendida por grande parte dos eugenistas brasileiros, e que, para além das questões relacionadas ao aprimoramento racial da população, também contribuiu e foi utilizada para a viabilização de um projeto político que buscava a regulação dos corpos femininos em prol de um modelo de feminilidade marcado pelo casamento e pelo exercício da maternidade. Ao demonstrar que a mulher era considerada como uma parte de grande importância para o projeto de modernização proposto pelos médicos e eugenistas para a sociedade, objetiva-se analisar também de que forma o controle e a educação matrimonial, tidos como elementos centrais da eugenia brasileira, contribuíram para reforçar a condição cívica da mulher como agente central da procriação, sobrevivência e melhoria das futuras gerações. Analisa-se ainda as controvérsias e objeções reclamadas pelos críticos ao exame pré-nupcial obrigatório, dando ênfase na oposição da Igreja Católica.

Palavras-chave: Exame pré-nupcial; Eugenia; Matrimônio; Gênero